

A DIVULGAÇÃO DE GRACILIANO RAMOS EM PORTUGAL NAS PÁGINAS DA REVISTA *ATLÂNTICO*: SUPORTE E ATENUAÇÃO DO SENTIDO

THE DISCLOSURE OF GRACILIANO RAMOS IN PORTUGAL ON THE PAGES OF THE *ATLÂNTICO* MAGAZINE: SUPPORT AND MITIGATION OF SENSE

THIAGO MIO SALLA*

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar a colaboração de Graciliano Ramos com a revista luso-brasileira *Atlântico*, o mais importante elo editorial do intercâmbio literário e intelectual pactuado pelas ditaduras de Salazar e Vargas a partir do Acordo Cultural de 1941. Nesse processo investigativo, apresentam-se as diretrizes da política editorial do periódico e a ambiência discursiva com que ela enquadrava os textos. Em seguida, discute-se em que medida a dimensão crítica dos quadros memorialísticos publicados pelo autor alagoano em *Atlântico* procurava ser atenuada pela proposta do veículo de apresentar-se como um álbum luxuoso e enviesado de conagração literário entre as duas nações.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, José Osório de Oliveira, *Infância*, Estado Novo brasileiro e português

Abstract: This article aims to examine the collaboration of Graciliano Ramos with the Luso-Brazilian magazine *Atlântico*, the most important editorial link of the literary and intellectual exchange agreed by the Salazar and Vargas dictatorships after the Cultural Agreement of 1941. In this investigative process, we present the guidelines of the journal's editorial policy and the discursive ambience with which it sought to frame the texts. Then, we discuss how the critical dimension of the memorialistic paintings published by the Alagoan author in *Atlântico* tried to be mitigated by the proposal of the vehicle to present itself as a luxurious and biased album of literary harmony between the two nations.

Keywords: Graciliano Ramos, *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, José Osório de Oliveira, *Infância* [Childhood], Brazilian and Portuguese Estado Novo

* Professor na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Mo exemplar do opúsculo *Aspectos do romance brasileiro* que o reconhecido brasilianista José Osório de Oliveira envia ao romancista Graciliano Ramos em 1943, está manuscrita uma calorosa dedicatória: “A Graciliano Ramos, com a admiração que há muito conhece, comunicando o prazer com que tem publicado, na *Atlântico*, as suas narrativas, esperando sempre o prometido exemplar da *Angústia*. José Osório de Oliveira. Lisboa, X-943” (OLIVEIRA, 1943a).

Com certo atraso, no ano seguinte, o romancista alagoano retribui-lhe a gentileza, remetendo-lhe, enfim, o solicitado romance *Angústia*. Na folha de rosto do exemplar enviado a Osório de Oliveira, lê-se uma espécie de missiva:

Muito obrigado pela remessa de seu *Aspectos do Romance Brasileiro*, recebido com atraso, porque as comunicações estão difíceis. Especialmente agradeço o que diz sobre mim, com benevolência, com injustiça. [...] Agora lhe mando *Angústia*, que V. reclama. Não o remeti quando ele veio a lume porque naquele tempo, agosto de 1936, eu vivia fora do mundo. Entrei em circulação no começo de 1937. Penso que já lhe expliquei isto. Enviar-lhe-ei brevemente, se não me surgirem novas encrencas, o volume de memórias de que V. tem visto umas páginas. (RAMOS, 1944a).

Quando declara que enviará o “volume de memórias” de que Osório Oliveira “tem visto umas páginas”, Graciliano fazia referência à *Infância* (1945), que teve três capítulos publicados na revista luso-brasileira *Atlântico*, então secretariada pelo crítico português: “O fim do mundo” (RAMOS, 1942, p. 306-310), “O moleque José” (RAMOS, 1943a, p. 111-115) e “O barão de Macaúbas” (RAMOS, 1943b, p. 131-134). Além dessas partes da referida obra memorialística, o periódico em questão também estampou o conto “Insônia” (ibid., p. 153-157), que, inicialmente, foi recolhido pelo autor em *Dois dedos* (1945) e depois em *Insônia* (1947).

Ao se levantar o conjunto dos textos de autoria do próprio Graciliano (não críticas sobre a obra dele) até então publicados na imprensa portuguesa,¹ per-

¹ Ainda na segunda metade dos anos 1930, Graciliano teve trechos de *Angústia* estampados na seção “Página da Gente Moça”, do jornal *A Ideia Livre*, da pequena cidade de Anadia (distrito de Aveiro); a crônica um “Anúncio”, saída inicialmente em *Esfera*, e depois reproduzida em *O Trabalho – Semanário Republicano*, da cidade de Viseu; e o trecho final de *Vidas secas*, publicado na folha salazarista *Renovação*, do município de Vila do Conde.

cebe-se que, em *Atlântico*, encontra-se sua participação mais efetiva, constante e duradoura em um único periódico. Portanto, dada a relevância do papel da revista na difusão de produções de Graciliano Ramos em Portugal, bem como as imbricadas relações entre política e literatura presentes em suas páginas, convém investigar a especificidade desse controverso veículo, resultado da cooperação entre os Estados Novos brasileiro e português, e o lugar nele ocupado pelo autor brasileiro.

A revista: materialidade e política editorial

Em 4 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, Portugal e Brasil assinam um acordo que tinha como finalidade promover “uma íntima colaboração cultural” entre os dois países (DOCUMENTOS, 1942, p. 180). Do ponto de vista ideológico, o pacto em questão tinha como base aquilo que se convencionou chamar de “Política Atlântica” de aproximação luso-brasileira, cuja base se encontrava na estratégia salazarista de recuperação de um passado mítico, associado, sobretudo, às grandes navegações, e à conseqüente “descoberta” do Brasil, fato este utilizado, por sua vez, como meio de exaltar os feitos heroicos da nação portuguesa. Ao mesmo tempo, já com os olhos no presente, a elevação da grandeza da pátria brasileira independente apresentava-se, em chave genealógica, como a viva confirmação do suposto caráter fecundo da colonização lusa. A partir do encontro produtivo desses dois nacionalismos propunha-se, em chave autoritária, uma espécie de panlusitanismo, isto é, um mundo e uma cultura lusíada, de caráter supranacional e espiritual, formado por Portugal, pelo Brasil e pelas colônias portuguesas na África e na Ásia (OLIVEIRA, 1948, p. 19-20).

Prevista pelo segundo artigo de tal acordo, a revista *Atlântico* foi oficialmente lançada em maio de 1942. Como principal instrumento editorial do intercâmbio pactuado entre as ditaduras salazarista e varguista, apresentava dois diretores: António Ferro, mandatário do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), e Lourival Fontes, responsável pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Apesar da direção conjunta, sua sede administrativa e redação ficavam na Seção Brasileira do SPN, órgão que, juntamente com a Seção Portuguesa do DIP, saiu do papel para viabilizar as diretrizes e ações previstas pelo referido acordo. José Osório de Oliveira, valendo-se do capital intelectual previamente construí-

do junto à intelectualidade brasileira e cabo-verdiana, secretariava o periódico, cuja direção artística estava a cargo do pintor Manuel Lapa.

Na trajetória da *Atlântico*, que se estendeu de 1942 a 1950, identificam-se três séries distintas. A primeira delas compreendeu o período entre 1942 e 1945, totalizando seis volumes, publicados com periodicidade quase semestral. Em termos materiais, estes apresentam um formato considerado grande (20,5 cm X 27,5 cm), um papel de maior qualidade e gramatura, bem como a impressão bem-realizada em três cores e algo em torno de duzentas páginas, o que confere à revista um caráter austero e livresco. Alguns artigos, por sua vez, contam ainda com imagens coloridas, o que realça a qualidade gráfica do conjunto. Na capa, invariavelmente, avulta a ilustração de uma concha sobre um fundo que pode ser azul, cinza ou preto, a sinalizar a isotopia marinha e a comunhão atlântica que governa conceitualmente a realização da revista. De modo análogo, no miolo, também se observa o uso recorrente de imagens/desenhos com motivos náuticos e oceânicos, com o fito de indicar o final dos textos: âncoras, estrelas-do-mar, conchas etc. Segundo documento oficial pertencente ao acervo do SNI, a tiragem da revista, nessa fase inicial, seria de cinco mil exemplares (SERRANO, 2009, p. 172).

Nessa primeira série da *Atlântico*, os volumes se constituem de três partes: na primeira, apresentam-se discursos e estudos de caráter dissertativo (em perspectiva histórica e de crítica literária) a respeito do intercâmbio cultural entre Brasil e Portugal; na segunda, destacam-se poesias e trechos em prosa que, de alguma maneira, procuram caracterizar comportamentos, costumes e estereótipos das culturas brasileira e portuguesa. Quando se observam as produções artísticas publicadas no periódico, percebe-se que a ambiência discursiva a elas fornecida por *Atlântico* reforça a dimensão documental de tais textos literários, os quais, naquele contexto, davam a conhecer melhor as especificidades das nações que se irmanavam pela “política atlântica”. A última parte volta-se a figuras pertencentes ao universo cultural luso-brasileiro – escritores, pintores, músicos, atores, entre outros – e também concede espaço a outras manifestações artísticas, além da literatura: teatro, música e cinema, sobretudo. Nela ainda se faz presente a seção de “Notas”, redigida por José Osório de Oliveira, na qual então se noticiavam dados diversos da vida intelectual dos dois países e os desdobramentos do acordo firmado entre eles, bem como se realizava de maneira direta o louvor, sobretudo, às realizações do SPN e de seu diretor.

A segunda série de *Atlântico* restringiu-se ao intervalo 1946-1948. Nessa nova fase, o formato da revista diminui sensivelmente (cai para 18,7 cm X 25 cm), e o sumário passa a ser estampado na capa do periódico. Se os motivos marinhos deixam a capa, agora exclusivamente tipográfica, eles passam a ornamentar a folha de rosto: nela pululam âncoras, conchas, sereias e outros seres subaquáticos. Em termos gráficos, há decréscimo na qualidade do papel, bem como a impressão deixa de ser feita em três cores, e as ilustrações perdem o colorido. As subdivisões internas também deixam de existir. Diante de tais mudanças, José Osório de Oliveira explicava que o propósito do veículo não seria apresentar-se como um álbum luxuoso, mas sim como uma antologia. Se a revista se mostrava simples, por outro lado se tornava mais frequente e acessível: foram seis números em três anos.

Por sua vez, na terceira e última fase, entre 1949 e 1950, depois da perda da qualidade gráfica e de impressão, como mais um sinal da perda de pujança por parte do periódico, seu formato passa por novo encolhimento (18 cm X 23 cm), e ela chega ao fim já sem a presença de António Ferro à frente do SPN, que deixou tal órgão em 1949.

A colaboração de Graciliano restringiu-se à fase mais prestigiosa da revista, isto é, a primeira. Ao seu lado, outros escritores brasileiros de prestígio também fizeram publicar textos em *Atlântico*: Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Erico Verissimo, Tristão de Ataíde, Álvaro Lins, Caio Prado Júnior, entre outros. Tendo em vista essa expressiva participação, a intelectualidade nacional, ansiosa por estreitar os laços com Portugal, parece ter acolhido bem a revista. O autor de *Menino de engenho*, por exemplo, celebra o aparecimento do periódico, decorrente do Acordo Cultural feito em “bases estáveis, mas mais duradouras” por Lourival Fontes: “Ele procurou a inteligência, as artes, os homens de pensamento para agir, para com eles aproximar duas nações que, apesar de tantas afinidades, viviam longe uma da outra. [...] Leio a revista *Atlântico* e acredito que se possa fazer mais alguma coisa de sério pela aproximação luso-brasileira” (REGO, 1942, p. 4).

Do lado português, a revista contou com colaborações de João Castro Osório, Gastão de Bettencourt, António Lopes Ribeiro, Adolfo Simões Müller, Luís Forjaz Trigueiros, Castro Soromenho, José de Almada Negreiros, Fernanda de Castro, Carlos Queiroz, Aquilino Ribeiro, Jorge de Sena, Sofia de Melo Brayner, José Régio etc. Em geral, figuras de destaque quer no sistema de propaganda oficial

do salazarismo, quer na imprensa lusa, quer no cenário literário português em função de seus méritos artísticos.

Em 1948, no opúsculo *Na minha qualidade de luso-brasileiro*, José Osório de Oliveira retoma algumas páginas de circunstância que dedicou ao intercâmbio literário entre Portugal e Brasil. Entre elas, trata da revista *Atlântico*, mais especificamente da iniciativa do periódico de recrutar escritores brasileiros das mais variadas tendências literárias e, sobretudo, políticas: ao lado do esquerdista Carlos Drummond de Andrade e dos comunistas militantes Graciliano Ramos e Caio Prado Júnior estariam, por exemplo, o católico Tristão de Ataíde e o liberal Álvaro Lins, sem se esquecer ainda do “inconformista” Mário de Andrade e dos independentes Manuel Bandeira e Erico Verissimo, entre outros (OLIVEIRA, 1948, p. 29-30). Tal pluralidade, que aparentemente corroboraria o esforço da revista em promover a “união espiritual luso-brasileira”, poderia ser aferida não só pelos colaboradores brasileiros, mas também pelos estudiosos e artistas portugueses cujas produções foram estampadas no periódico:

[...] De entre os escritores portugueses, colaboraram alguns, conhecidos como liberais, como democratas ou como socialistas; de qualquer modo, independentemente, quando não ideologicamente hostis ao Estado Novo, como Aquilino Ribeiro. E se não seria possível, em parte alguma, dar-se o caso de a redação de uma revista editada por um organismo oficial pedir a colaboração de um doutrinário tão extremamente oposto ao Estado Novo, como António Sérgio, a verdade é que foi convidado a colaborar um romancista de tendências tão contrárias às do nacionalismo português, como Ferreira de Castro, cujo nome só não apareceu nas páginas da *Atlântico* por o autor de *A Selva*, que não António Ferro ou eu, ter achado isso mais conveniente, não fossem os seus correligionários estranhar. (ibid., p. 30)

Apesar dessa aparente abertura, cujos limites são circunscritos ao convite a um aguerrido opositor do Estado Novo como António Sérgio, quando se examina um memorando interno de autoria do próprio Osório de Oliveira a respeito da estrutura do primeiro número de *Atlântico*, percebe-se que as coisas não seriam bem assim. A direção da revista exerceu o controle, sobretudo, dos nomes a serem selecionados para o primeiro número:

Na 2ª parte, indiquei, quase sempre, dois nomes para cada caso, para que Vossa Excelência [António Ferro] escolhesse aquele que mais conviria. Ficaram escolhidos, como poetas, representando as sucessivas gerações: Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoaes, Mário Beirão, Luiz de Montalvor, Carlos Queiroz e Tomaz Kim, não tendo sido escolhido nem José Régio nem Miguel Torga pela posição ideológica de um e outro. (OLIVEIRA, 1942a)

Como se sabe, em 1939, Miguel Torga teve o livro *Criação do mundo – o quarto dia* apreendido pela censura e, em função disso, ficou preso por alguns dias, passando, logo depois, a ser vigiado pela PIDE (TORRALBA, 2009, p. 406). José Régio, que teve grandes afinidades ideológicas com o referido António Sérgio, colaborou com a opositora *Seara Nova* de 1933 a 1940 e, em diferentes momentos, posicionou-se de modo contrário ao dogmatismo estado-novista (VENTURA, 1994, p. 244-245).²

Se houve oposição aos nomes de Miguel Torga e de José Régio no primeiro número de *Atlântico*, o mesmo não teria ocorrido com o de Aquilino Ribeiro, conhecido opositor do Estado Novo salazarista. O volume de estreia da revista traz o texto “Os avós dos nossos avós”, título de um livro de Aquilino lançado pela Bertrand naquele mesmo ano de 1942. Nele, o autor traça o perfil de Aníbal, principal comandante cartaginês durante a Segunda Guerra Púnica, destacando o período em que ele esteve à frente do governo da Ibéria e da Hispânia. Aquilino registra que a península Ibérica teria exercido sobre o general africano “empolgante sedução”: com os iberos, “Aníbal adquiriu conhecimentos de primeira ordem, sobretudo no que concerne às formas de luta do homem com o homem” (RIBEIRO, 1942, p. 19). Assim, num misto de biografia e ensaio histórico, o escritor se propõe a recuperar a ancestralidade portuguesa, deixando de lado a violência no tratamento linguístico e o retrato da vida agreste recorrentes em seus livros de carácter rural (VASCONCELOS, 1965, p. 208). Nesse sentido, seja pelo recuo ao passado, seja pela recuperação das origens remotas da lusitanidade, o romancista não só evita o presente estado-novista, como, de certa maneira, ajusta-se à proposta do periódico.

² Todavia, o poeta “presencista” chegou a ter um texto publicado no terceiro número de *Atlântico*. Trata-se do poema “Chegada da noite” (RÉGIO, 1943).

Se se observa essa adequação do escrito de Aquilino aos pressupostos da revista, bem como a força centrípeta exercida pela ambiência discursiva de *Atlântico* no sentido de orientar-lhes a interpretação em favor da causa luso-brasileira, por outro lado, avulta o movimento de atenuar a imagem hostil de alguns autores, sobretudo dos neorrealistas (SILVA, 2012, p. 9). Trata-se do esforço de realçar a porção de realidade contida na produção de tais escritores que convinha ao poder. Nesse movimento, omitiam-se não só as denúncias expressas nas obras, mas também a própria trajetória de engajamento à esquerda dos romancistas.

Em carta enviada a Antônio Ferro em 5 de março de 1942, José Osório de Oliveira revelava sua preocupação de, ao não apresentar críticas literárias a obras de autores neorrealistas, ser acusado de parcialidade e deliberada omissão, uma vez que a produção de tais romancistas lusos, então no auge da primeira fase do movimento (TORRES, 1983), tinha ressonância entre os artistas brasileiros:

Como você sabe, a crítica literária, numa revista de literatura, é a parte mais melindrosa. Se não fizer a crítica a certos livros por causa da sua tendência (não falo de livros de doutrina, mas de obras de ficção), vão acusar-nos de pretender esconder do Brasil a existência de uma literatura neorrealista, com preocupações sociais, que, aliás, a censura não viu inconveniente em consentir. Agrava o caso a circunstância de no Brasil ser, hoje, a mais generalizada. Se entregarmos a crítica a um só, vão acusar-nos de parcialidade na apreciação das obras pela escolha do crítico. Enfim, considero isto um problema e gostaria que você o resolvesse. Tenha paciência e desculpe o tempo que lhe tiro. (OLIVEIRA, 1942b)

Para remediar essa questão, no primeiro volume de *Atlântico*, tem-se a publicação do artigo “Os Prosadores Mais Recentes”, do jornalista e crítico Luís Forjaz Trigueiros, cujo nome vinha sendo associado ao intercâmbio literário luso-brasileiro (SOROMENHO, 1941, p. 3). Nesse texto, confere-se destaque ao aparecimento de uma corrente nova que, “poderosamente”, estaria modificando os quadros “dessorados e anacrônicos da literatura portuguesa dos últimos anos” (TRIGUEIROS, 1942, p. 151). Todavia, em nenhum momento o articulista utiliza o rótulo “neorrealismo” para nomeá-la. Segundo ele, tratava-se de uma literatura antiliterária, cujas manifestações mais recentes seriam os romances *Avieiros*, de Alves Redol, *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, e a coleção de contos *Aldeia nova*, de Manuel da Fonseca.

Para Trigueiros, o mérito dessas produções repousava no fato de elas trazerem uma lufada de ar necessária para abrir as letras portuguesas para as “janelas da vida” (ibid.). “Uma literatura que não foge do Homem, que o não ignora, na plenitude do seu sofrimento, das suas ambições, das suas lutas” (ibid.). Assim, os autores em questão se destacariam por terem fugido de uma “literatura pela literatura” e por terem perscrutado “recantos de uma humanidade não positivamente cor-de-rosa” (ibid.). Nesse movimento, por mais que se refira ao fato de *Avieiros* e *Esteiros* se debruçarem sobre a “vida dura” às margens do Tejo e de *Aldeia nova* tratar da “terra selvagem e brava” do Alentejo, não há referências explícitas ao fato de tais escritores utilizarem suas obras como canal de denúncia de situações que demandavam a atenção da ditadura salazarista (SILVA, 2012, p. 10).

Entretanto, como partia do pressuposto de que um livro só poderia representar dignamente um país se tivesse projeção universal [“Logo: tanto mais universal quanto mais caracteristicamente nacional” (TRIGUEIROS, 1942, p. 151)], valorava de modo diferente a produção dos três referidos autores. *Avieiros* e *Esteiros*, na medida em que centravam seus enredos na região do Tejo e apresentavam uma visão parcial do homem (os personagens desses autores “não riem e quase não sabem chorar”), não se enquadrariam na proposta do crítico. Na verdade, Trigueiros atribui a tais escritores a pecha da intencionalidade, ou seja, os documentos humanos por eles propostos resultariam em “momentos inverossímeis” e na “perda da realidade poética”. Já em *Aldeia nova*, livro mais lírico e “menos intencional”, a literatura não seria utilizada com um propósito declarado. Em função disso, sentia-se na sua prosa “o Alentejo todo”. Sobretudo este último seria sintoma da florescência do romance português.

Paralelamente, em consonância com o referido lugar-comum crítico de que a nova geração de prosadores lusos era tributária dos romancistas do Brasil, o crítico sinalizava que “um moderno escritor brasileiro influencia nitidamente a obra de Alves Redol e de Pereira Gomes: Jorge Amado. Outro escritor brasileiro está presente em certas páginas de Manuel Fonseca: José Lins do Rego” (ibid., p. 152). Tratava-se de influências de ordem exterior (com destaque para a agilidade dos períodos curtos e o conteúdo lírico da ação), que não tirariam a “personalidade portuguesa” dos referidos livros. Porém, em certo sentido, tal estratégia de vinculação dos três autores de lá aos romancistas daqui, se exaltava estes,

acabava por reduzir a originalidade daqueles, cuja literatura documental entrava em choque com o *statu quo* salazarista.

Não apenas pelo estabelecimento do referido paralelo, mas em conformidade com o lugar de prestígio adquirido por Jorge Amado, José Lins do Rego, Erico Verissimo e Graciliano Ramos em Portugal, o romance brasileiro ganha valoração positiva nas páginas de *Atlântico*. Marques Gastão chega a ressaltar que as produções de nossos autores eram tão sinceras que seriam desprovidas de artifícios, isto é, abdicariam dos “exageros de escolas” e de toda sorte de “deformações de estéticas” na busca pelo aprofundamento do real mediante a “expressão lírica e humaníssima de uma mensagem eterna” (GASTÃO, 1943, p. 152). Uma das exceções pontuais seria Jorge Amado. Não toda a obra dele, mas os momentos em que tal escritor dividia a humanidade em duas espécies, colocando sua pena a serviço do social e do político. Nesse último caso, tornava-se falso e inexato, limitando a sua arte de prosador. Outra seria, contudo, a condição de Graciliano Ramos: “Mesmo quando um Paulo Honório, em *S. Bernardo*, vem de baixo, com todos os ódios e todos os desesperos da sua condição; vai para cima com a vingança e o ódio a espevitá-lo, numa quase total insensibilidade, não nos dá Graciliano, a par dos seus dons de observador, a sinceridade como fulcro da sua obra?” (ibid., p. 152-153).

José Augusto Cesário Alvim, representante do DIP na seção brasileira do SPN, em um conjunto de notas intituladas “Da Vida Brasileira”, registrava em *Atlântico* o fato de Graciliano ter sido agraciado com o prêmio da Sociedade Felipe d’Oliveira de 1942, bem como o célebre almoço comemorativo do galardão e do cinquentenário do autor alagoano realizado no restaurante Lido de Copacabana:

[...] festa memorável de sentimento e de inteligência, que a melhor gente de letras do Brasil ofereceu a um dos mais expressivos, mais humanos e mais maduros prosadores de todas as nossas gerações literárias. [...] Já que não pude estar presente no almoço do Lido, [...] já que então me foi impossível transmitir a Graciliano Ramos o meu abraço de solidariedade e felicitações – fique, ao menos

hoje, consignada aqui a imensa alegria com que acolhi a atribuição do alto e significativo prêmio a quem tanto e tão bem o merece. (ALVIM, 1943, p. 199).³

Sincero, humano, verdadeiro, inimigo do verbalismo, maduro, merecidamente galardoado, enfim, são muitos os atributos positivos de Graciliano Ramos em *Atlântico*. Obviamente, em nenhum momento se faz referência à dimensão crítica inerente à fatura literária de seus livros e muito menos à sua simpatia pelo PCB, que se transformaria em adesão formal ao partido em 1945. Conforme lembra Torgal, tratava-se de um expediente corriqueiro do salazarismo integrar, tanto quanto possível, escritores famosos no horizonte cultural estado-novista. Notório foi o caso do discurso comemorativo pelo centenário de Eça de Queiroz proferido por António Ferro, no qual este pretendia considerar aquele sobretudo como um estilista, “neutralizando-lhe os aspectos ideológicos, que poderiam ser – e eram, com feito – aproveitados politicamente pela oposição” (TORRAL, 1989, p. 191):

Não! Eça de Queiroz não foi político, nem conservador, nem avançado, mas sim grande artista, um grande escritor português. O que ficou dele, porém, insistimos no seu perfil projetado através dos tempos, não foi o suposto escritor social, o caluniado, o falso demolidor de tradições, mas o apóstolo (se a palavra não fere...) duma vida portuguesa mais elegante, mais harmoniosa, mais civilizada. [...] Não nos restam dúvidas. Digam o que disserem, os textos de Eça de Queiroz (nunca o seu estilo, o seu tom), a obra em que se empenhou, juntamente com os seus companheiros, não teve finalidade política, mas foi pura e simplesmente obra de renovação nacional, a demolição necessária, indispensável para abrir caminho. (FERRO, 1949, p. 17 e 21)

De modo análogo a tal leitura enviesada da obra do mestre realista, *Atlântico* fazia avultar tão somente a mestria de Graciliano na pintura lírico-dramática da vida brasileira de então. Em conformidade com essa diretriz, mesmo a aludida “sinceridade” do artista alagoano na representação das mazelas sertanejas pas-

³ Entretanto, no discurso proferido em tal situação festiva, ao rememorar sua trajetória até aquele momento, Graciliano não deixou de mencionar ironicamente sua prisão pelo governo getulista em 1936, bem como seu périplo pelos cárceres fluminenses (RAMOS, 2012, p. 209-210).

saria a adquirir um suposto propósito nacionalista, despindo-se, aparentemente, de sua fundante dimensão crítica e de sua postura demolidora em relação ao passado e ao presente da nação.

Esse deslocamento interpretativo operado pelo discurso que a revista construiu a respeito do conjunto da obra do autor alagoano também se faz presente quando se examinam as produções avulsas que Graciliano remeteu para serem publicadas em *Atlântico*. Em tal ambiência discursiva, o potencial questionador, sobretudo, dos quadros de *Infância* nela recolhidos dá lugar à representação lírica da vida agreste de um passado individual em vias de suposta transformação por parte do Estado Novo. Ao mesmo tempo, ao juntar-se à plêiade de artistas que teriam atendido ao chamado do Acordo Cultural, o autor de *Vidas secas* colocava-se em teoria não como um crítico do *statu quo*, mas sim como um colaborador e representante da cultura luso-brasileira, cujos retratos memoriaísticos enriqueciam o álbum antológico proposto pelo periódico.

Infância atlântica

Todavia, antes de confirmar tais observações, convém examinar os quadros memorialísticos estampados por Graciliano Ramos ao longo da primeira série de *Atlântico*. Na estreia do escritor na revista (RAMOS, 1942, p. 306-310), ele relembra o desespero de sua mãe ao ler, num folheto salesiano, o anúncio do final dos tempos previsto para a passagem do século XIX ao XX: “[...] um cometa brabo percorreria o céu e extinguiria a criação: homens, bichos, plantas. Riachos e açudes se converteriam em fumaça, as pedras se derreteriam. Antigamente a cólera de Deus exterminara a vida com água; determinava agora suprimi-la a fogo” (ibid., p. 309). Em oposição à crença cega de sua mãe nos “doutores que conheciam as trapalhadas lá do céu e adivinhavam as consequências delas”, o menino Graciliano repudia tal profecia apocalíptica, revelando, assim, o quão incoerente e absurdo seria o universo religioso que lhe queriam impor. O olhar descrente da criança acaba por prevalecer ante o obscurantismo católico, pois “o mundo estava imenso, com muitas léguas de comprimento – e desafiava, seguro, profecias e cometas” (ibid., p. 310).

Obviamente, tal postura contrária a dogmas e predições não se coadunava com o lugar ocupado pela religião católica nos Estados Novos brasileiro e por-

tuguês. Para Salazar, a Igreja Romana apresentava-se como elemento formativo da alma da nação e traço dominante do caráter do povo luso (SALAZAR, 1989, p. 188), funcionando como elemento legitimador do governo, estabilizador da sociedade e reforço da unidade moral do país (MARTINS, 2000). No Brasil, Igreja e regime de 1937 mantiveram uma política de apoios e benefícios mútuos: este era legitimado por aquela, a qual, por sua vez, recobrava o espaço perdido no aparelho do Estado (MARCHI, 2003, p. 209-231). Não por acaso, o primeiro número de *Atlântico* reunia, logo de saída, o texto “Oração aos novos mestres”, de Tristão de Ataíde, expoente da intelectualidade católica e guardião dos valores morais da religião. No quinto número da revista, avulta uma homenagem a tal crítico, cujo trabalho reforçava a união imaterial entre Portugal e Brasil, países “irmanados pelo mesmo culto de valores espirituais, pelo mesmo anseio de uma ordem social orgânica” (CAETANO, 1944, p. 2).

Tendo em vista outros alvos, a postura crítica de Graciliano se mantém nas páginas da revista. Em “O moleque José”, segundo texto do escritor estampado em *Atlântico*, o autor de *Angústia* retoma um episódio de sua infância no qual escancara as heranças perniciosas e violentas da escravidão. De início, traça uma espécie de genealogia dos negros que, quer ainda como escravos, quer já na condição semiescrava de agregados, serviram sua família ao longo de gerações. Em seguida, centra-se na figura de José, um dos últimos sujeitos de tal linhagem degradada, que, por ter sido acolhido por Sebastião Ramos, pai do narrador, não foi “comido pela verminose ou oferecido como cria de gato” (RAMOS, 1943a, p. 111). Em meio à família Ramos, José, cuja marca de inferioridade racial estava assinalada pela anteposição do substantivo “moleque” ao seu nome, aparece como um “afilhado” a um só tempo ladino e submisso, que se valia da malandragem como artifício para enfrentar a brutalidade oriunda de sua condição servil e de desamparado tanto material quanto afetivamente. Graciliano invejava o moleque, que conseguia ludibriar a autoridade patriarcal e, assim, desfrutar de uma vida mais solta, que a ele, menino branco, estava vedada.

O quadro memorialístico evolui para a cena em que o pai do narrador, cuja brutalidade cega poderia aflorar a qualquer momento de modo imprevisível, tortura o moleque José. Este teria cometido alguma traquinagem insignificante, da qual procurava teimosamente se desvencilhar apesar da exposição de provas de sua culpa, mas recebeu uma punição severa:

De repente o chicote lambeu-lhe as costas e uma grande atividade animou-o. Pôs-se a girar, a ocultar-se entre as pernas do agressor, desviando dos golpes. E as palavras afluíram num jorro:

– Por esta luz, meu padrinho. Pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A súplica lamurienta corria inútil, doloroso ganido de cachorro novo. Muitas vergastadas falhavam, fustigavam as canelas do juiz transformado em carrasco. Este largou o instrumento de suplício, agarrou a vítima pelas orelhas, suspendeu-a e entrou a sacudi-la. Os gemidos cessaram. O corpo mofino se desengonçava, a sombra dele ia e vinha na parede tisonada, alcançava a telha, e os pés se agitavam no ar. (ibid., p. 114)

Em face dos castigos infligidos ao pobre moleque José e de tal retrato da naturalização da violência no sistema patriarcal, Graciliano revela o outro lado do discurso luso-tropicalista de Gilberto Freyre que preconizava a valorização do negro e do mestiço, e a exaltação do caráter sincrético da colonização lusa, cuja plasticidade única teria permitido a influência da cultura negra nos costumes, na língua, na religião etc. Por meio de seu relato, o artista alagoano evidencia o caráter despótico, injusto e desumano das relações entre brancos e pretos no bojo da tirânica organização senhorial da família nordestina.

Em “O barão de Macaúbas”, terceira colaboração do artista alagoano em *Atlântico*, Graciliano relembra seu traumático contato inicial com as letras, a partir do asco que experimentara ao utilizar os materiais didáticos de autoria de Abílio César Borges, mais conhecido como barão de Macaúbas. Ao elaborar tais impressões de seu passado infantil, o narrador evidencia o caráter autoritário e moralista do ensino de então, em que prevalecia a imposição de pedantices rebuscadas, totalmente desconectadas do universo e das expectativas dos pequenos. Ao mesmo tempo, se o contato com os livros de leitura do “carrancudo, cabeludo e [...] perverso” barão de Macaúbas se assemelhava a um castigo, a associação entre escola e cárcere também se revelava uma constante no relato da trajetória escolar do menino Graciliano.⁴ Em tal contexto educacional-prisional, ele teve de enfrentar uma mortificação ainda mais penosa:

⁴ Mais especificamente, no que diz respeito a tal questão, convém considerar os também capítulos de *Infância* (1953) “Escola”, “Adelaide”, “Um Novo Professor” e “Os Astrônomos”.

Foi por esse tempo que me infligiram Camões, no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas [...]. Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto. (RAMOS, 1943b, p. 134).⁵

A esse trecho do relato memorialístico de Graciliano, o secretário da revista apôs a seguinte nota de rodapé: “É evidente que, quando o autor classifica de ‘estranha’ a língua de Camões, não fala como notável escritor, que é, da língua portuguesa, mas como a criança sertaneja que foi” (OLIVEIRA, 1943b, p. 134). Tal esforço de *Atlântico* por explicitar a separação entre o ponto de vista do menino Graciliano e a perspectiva do narrador adulto Graciliano, que se punha a ficcionalizar suas memórias infantis, evidencia o intuito do periódico de preservar, a todo custo, a figura de Camões. O “notável” autor de *Vidas secas*, que vinha consolidando seu nome no cenário literário português, não manifestaria a sensação incômoda de estranheza para com as construções textuais do “gênio caolho”, muito menos abominaria a figura deste. Tal comportamento iconoclástico cabia apenas ao garoto interiorano semianalfabeto, ou seja, a um Graciliano do passado, e não ao colaborador de *Atlântico*, que ajudava a fortalecer os laços da “civilização lusíada”.

No discurso de afirmação nacionalista propagandeado pelo Estado Novo, o autor de *Os lusíadas* figurava como manifestação sublime da glória do gênio português. Nesse movimento, ressaltava-se apenas o caráter épico dos descobrimentos de modo a reforçar, no presente salazarista, a noção de que a grandeza da pátria lusa estava indissolúvelmente ligada à noção de império colonial. Segundo tal diretriz, recusar Camões equivaleria a recusar a magnificência da nação portuguesa (metrópole e colônias), bem como da própria “civilização lusíada”, daí a providencial aposição do paratexto esclarecedor ao pé da página do quadro memorialístico composto por Graciliano.

⁵ Em crônica de 1921, Graciliano, envolto pelo pseudônimo de J. Calisto, expressava de modo ainda mais enfático a repulsão que devotava ao barão de Macaúbas e a Camões (cf. RAMOS, 2005, p. 93-94).

Para a Geração de 70, *Os lusíadas* representavam ao mesmo tempo a glória e a decadência de Portugal. Antero de Quental pontuava: “Há nações para as quais a epopeia é ao mesmo tempo o epitáfio” (QUENTAL, s.d., p. 309). Diante disso, para a construção gloriosa do passado pretendida pelo Estado Novo, fazia-se necessário “produzir uma contramemória da ideologia decadentista que marcou o século XIX, segundo a qual os descobrimentos foram uma das causas da decadência de Portugal” (CUNHA, 2012, p. 253). Tal postura revisionista materializou-se nos programas de ensino portugueses, nos quais a epopeia camoniana ocupava posição de destaque na consagração da grandeza imperial da nação lusa:

Já nos programas de 1905 *Os Lusíadas* aparecem como “a mais perfeita escola de patriotismo em que pode iniciar-se a mocidade portuguesa”, cabendo-lhe a primazia no quarto e quinto anos, com a recomendação de que se façam “as omissões convenientes”. [...] No programa de 1936 indica-se que por não ser possível a leitura integral, “o professor fará criteriosa escolha das passagens mais belas e mais apropriadas à leitura na aula, resumindo as restantes”, para “dar a conhecer a índole, a estrutura e o plano de composição de cada obra – o que se haverá em especial conta em relação a *Os Lusíadas*”. Mas em 1948 e em 1954, são explicitadas as estrofes a estudar. [...] No conjunto, predominam os conhecidos “episódios” (Adamastor, Velho do Restelo, Inês de Castro, etc.) e são eliminadas as famosas passagens críticas ou que sublinham a decadência do império. Tal como em 1936, nos programas de 1948 e de 1954 define-se a linha interpretativa a seguir: “há de insistir-se no significado nacional do poema e no que se possa patentear claramente como expressão pessoal do autor, dando também relevo ao valor cultural e ao sentido de alguns passos e do conjunto.” (ibid., p. 255-256)

Não se pode afirmar que, mediante as referências desabonadoras a Camões, Graciliano compartilhasse quer da exegese de *Os lusíadas* realizada pela Geração de 70, quer, por antecipação, da leitura da epopeia camoniana feita pelos opositores ao regime salazarista, sobretudo depois do 25 de Abril (SENA, 1983, p. 31). De todo modo, fica marcada sua postura contra um sistema educacional autoritário e excludente, capaz de impor o ensino do português renascentista a uma criança sertaneja recém-alfabetizada e ainda distante da aquisição da variante culta brasileira vigente nas primeiras décadas do século XX. O re-

sultado seria o embrutecimento da infância, cada vez mais afastada do clássico poema renascentista.

A mediação editorial e a restrição de sentido

Vistos isoladamente ou enquanto partes integrantes do volume autobiográfico *Infância*, os três quadros memorialísticos de Graciliano Ramos acima examinados, de fato, tornam evidente a postura crítica do escritor em relação ao caráter alienante, autoritário e opressivo de três grandes instituições: Igreja, Família e Estado. Todavia, como já se enunciou, quando se consideram tais escritos na ambiência discursiva de *Atlântico* e em consonância com os discursos construídos pela revista a respeito do autor de *Vidas secas*, a coisa muda parcialmente de figura. Os questionamentos promovidos pelo artista alagoano continuam a se fazer presentes, mas cedem espaço ao também patente caráter lírico e antológico das narrativas, que, justapostas aos trabalhos dos outros colaboradores do periódico, compõem o álbum de conagração literário entre Brasil e Portugal então visado pelos departamentos de propaganda de cada país.

Se, por um lado, o enquadramento editorial conferido por *Atlântico* aos escritos de Graciliano procurava ressaltar os méritos artísticos de tais produções, por outro, tornava saliente também certa dimensão documental presente nas colaborações do autor.⁶ Na verdade, a “sinceridade” da prosa do romancista alagoano apontada por Marques Gastão teria se amplificado nas páginas da própria revista: do romance ele caminhara para a confissão, como se seu propósito ao revolver o solo fértil das memórias infantis fosse prioritariamente retratar o contexto histórico brasileiro na transição do século XIX ao XX e apresentá-lo ao público português.

Paralelamente, como explicita a nota de rodapé aposta por Osório de Oliveira ao texto “O barão de Macaúbas”, há o esforço declarado de separar o sujeito da enunciação, o grande escritor incensado pela revista, e o menino tacanho que protagoniza os textos memorialísticos. Mediante tal estratégia, fortalece-

⁶ Como viria a apontar posteriormente Antonio Candido, esses dois vetores aparentemente antagonísticos teriam um papel estruturante em *Infância*, fazendo com que a obra se destacasse pela imaginação lírica, que revestiria de poesia a realidade (CANDIDO, 2006, p. 102 e 122).

-se a leitura que restringe os casos descritos pelo autor a um passado já supostamente superado pelos Estados que se diziam Novos, como se as narrativas em questão fossem estáticas e não conectassem, de modo dinâmico, adulto e criança, pretérito e presente por meio da permanência da opressão, da injustiça e da violência relatadas. Nesse sentido, o próprio enquadramento editorial conferido por *Atlântico* aos escritos de Graciliano contribuía para amortecer-lhes os efeitos potencialmente subversivos, bem como procurava colocá-los a serviço da ideologia dominante. Em outras palavras, de modo indireto, valorizava-se a fatura artística dos retratos, a “verdade” neles contida, mas não o conteúdo crítico que eles portavam.

Em função do que foi exposto, percebe-se que Graciliano não estaria alienando sua pena nas páginas de *Atlântico*. Sem fazer concessões, salvaguardando sua autonomia artística e política, e longe de tecer loas aos Estados Novos brasileiro e português, o escritor utiliza o prestigioso espaço da revista para divulgar, sobretudo, suas pujantes memórias de infância, além de ser remunerado por isso no difícil contexto da Segunda Guerra Mundial (SALLA, 2016). Ao mesmo tempo, o periódico se valia da prestigiosa colaboração do artista alagoano para aquilatar e diversificar o colorido da coleção de textos estampada em suas páginas. Essa espécie de álbum luso-brasileiro, por sua vez, conforme já se indicou, visava a reforçar os laços atlânticos pretendidos pelas ditaduras de Getúlio e Salazar, interessadas, portanto, em se legitimarem de modo conjunto como autênticas restauradoras e mantenedoras da alegada essência da “civilização lusíada”.

Referências

- ALVIM, José Augusto Cesário. Da vida brasileira. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 3, 15 mar., 1943, p. 199.
- CAETANO, Marcello. In HOMENAGEM portuguesa a Tristão de Ataíde. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 5, jul. 1944, p. 2.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. 3ª ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CUNHA, Carlos M. F. da. O Camões do Estado Novo: recepção e ensino. In FRAGA, Maria do Céu et al. *Camões e os contemporâneos*. Braga: Centro Interuniversitário de Estu-

- dos Camonianos; Universidade dos Açores; Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 253-258.
- DOCUMENTOS – Acordo Cultural Luso-Brasileiro. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n.1, 23 maio, 1942, p. 180-182.
- FERRO, António. *Eça de Queiroz e o centenário do seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1949.
- GASTÃO, Marques. A sinceridade do romance brasileiro. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 4, nov.1943, p. 151-153..
- LIMA, Alceu Amoroso [Tristão de Ataíde]. Oração aos novos mestres. *Atlântico: Revista Luso-brasileira*, Lisboa, n. 1, p. 4-8, 23 maio 1942.
- MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In SZESZ, Christiane Marques et al. (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 209-231.
- MARTINS, Manuel Gonçalves. O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974). In IV Congresso português de sociologia, Coimbra, 17-19 abr. 2000.
- OLIVEIRA, José Osório de. *Na minha qualidade de luso-brasileiro (elementos para a história das relações literárias entre Brasil e Portugal)*. Lisboa: s.e., 1948.
- OLIVEIRA, José Osório de. *Aspectos do romance brasileiro: conferência para um Público Português*. Lisboa: [s.n.], 1943a.
- OLIVEIRA, José Osório de. É EVIDENTE que... In RAMOS, Graciliano. O barão de Macaúbas. *Atlântico: Revista Luso-brasileira*, Lisboa, n. 4, 21 nov, 1943b, p. 134.
- OLIVEIRA, José Osório de. Carta a António Ferro. Lisboa, 5 mar. 1942b. Torre do Tombo, Arquivo do SNI, caixa 549, doc. 0025.
- OLIVEIRA, José Osório de. Memorando sobre o primeiro número da revista *Atlântico* endereçado a António Ferro. Lisboa, 27 fev. 1942a. Torre do Tombo, Arquivo do SNI, caixa 549, doc. 0029-0029.
- QUENTAL, Antero de. No tricentenário de Camões. In *Prosas*. Lisboa: Couto Martins, s.d.
- RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Organização, introdução e notas de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- RAMOS, Graciliano. Carta a José Osório de Oliveira. Rio de Janeiro, 7 jun. 1944a. In *Angústia* [falsa folha de rosto]. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941 [exemplar enviado a José Osório de Oliveira].
- RAMOS, Graciliano. Insônia. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 5, jul., 1944b, p. 153-157..
- RAMOS, Graciliano. O moleque José. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 3, 15 mar., 1943a, p. 111-115.

- RAMOS, Graciliano. O barão de Macaúbas. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 4, 21 nov., 1943b, p. 131-134.
- RAMOS, Graciliano. O fim do mundo. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 2, 31 out., 1942, p. 306-310.
- REGO, José Lins do. *Atlântico. A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 ago. 1942.
- RIBEIRO, Aquilino. Os avós dos nossos avós. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 1, 23 maio 1942.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Salazar: pensamento e doutrina: textos antológicos*. Lisboa: Editorial Verbo, 1989.
- SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a Cultura Política: mediação editorial e construção do sentido*. São Paulo: Edusp, 2016.
- SENA, Jorge de. Jorge de Sena – 1977. In *Camões e a identidade nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 22-38.
- SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de papel: a política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. 316p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SILVA, Alex Gomes da. Autores, obras e temas da esquerda brasileira e portuguesa sob a perspectiva do projeto cultural da revista *Atlântico*. *Cadernos Cedem*, Marília, SP, vol. 3, n. 1, p. 3-22, 2012.
- SILVA, Márcia Cabral da. *Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil*. 196p. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.
- SOROMENHO, Castro. Política do Atlântico – Carlos Queiroz, Casais Monteiro, Gaspar Simões e Forjaz Trigueiros perante o Brasil literário. *Vida mundial ilustrada*, Lisboa, dez. 1941, p.2-3,4.
- TORRES, Alexandre Pinheiro. *O movimento neorrealista em Portugal em sua primeira fase*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa, 1983.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. rev. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989 (Coleção “Minerva – Histórica”, vol. 3).
- TRIGUEIROS, Luís Forjaz. Os prosadores mais recentes. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 1, 23 maio 1942,
- VASCONCELOS, Taborda de. *Aquilino Ribeiro*. Lisboa: Editorial Presença, 1965.
- VENTURA, António. As ideias políticas e a intervenção cívica de José Régio. *Revista de História das Ideias*, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, vol. 16, 1994, p. 235-282.